

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

A REPRODUÇÃO DO PRIMEIRO-DAMISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SUAS

THE REPRODUCTION OF FIRST DAMISM IN SOCIAL ASSISTANCE AND THE CHALLENGES TO CONSOLIDATION OF SUAS

Moíza Siberia Silva de Medeiros¹
Marcones da Silva Nascimento²
Ana Cláudia Avelino da Silva³

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica cujos resultados são apresentados neste artigo que teve por objetivo problematizar a existência de Programas para a Primeira Infância e sua operacionalização no âmbito da Assistência Social, nos moldes do Programa Criança Feliz. Visa problematizar o caráter familista e a persistência do primeiro-damismo na Assistência Social como um entrave à consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Contou com levantamento bibliográfico e análise documental. Foram identificados 13 Programas ativos para a Primeira Infância no Brasil. Todos eles com viés assistencialista e a maioria deles encabeçados pelas primeiras-damas.

Palavras-chave: Assistência Social; Primeiro-damismo; Primeira Infância.

ABSTRACT

This is scientific initiation research whose results are presented in this article, which aimed to problematize the existence of Early Childhood Programs and their operationalization within the scope of Social

¹ Professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE – Campus Iguatu. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: moiza.medeiros@ifce.edu.br.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - PPGSS/UEPB. E-mail: marconesflautista@gmail.com.

³ Estudante do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE – Campus Iguatu. Bolsista PIBIC-IFCE. E-mail: ana.claudia.avelino07@aluno.ifce.edu.br.

Assistance, along the lines of the Happy Child Program. It aims to problematize the familial character and the persistence of first-classism in Social Assistance as an obstacle to the consolidation of the Unified Social Assistance System. It included a bibliographic survey and documentary analysis. 13 active Early Childhood Programs were identified in Brazil. All of them with a welfare bias and most of them headed by first ladies.

Keywords: Social Assistance; First damism; Early Childhood.

1 INTRODUÇÃO

O primeiro-damismo, fenômeno histórico que se reproduz principalmente no âmbito da assistência social, vem dificultando o trabalho dos/as profissionais da assistência social, principalmente os/as assistentes sociais, no que concerne à garantia do direito social, submetendo indivíduos à lógica do favor, do clientelismo e da filantropia. É no espaço do cotidiano profissional que várias ações são demandadas aos/às assistentes sociais. São contextos diversos de vida que se apresentam e esses devem ser encaminhados à perspectiva do direito. Porém, quando as ações assistenciais são conduzidas pela esposa do gestor, há uma mudança na direção do que deveria de fato acontecer. Assim, “A função política da primeira-dama [...] reflete o domínio da família patriarcal na política brasileira e na condução do espaço público[...]” (PIMENTA, 2016, p.24). Espaço que deve ser entendido como democrático, que estabeleça laços para a construção da autonomia dos indivíduos nas questões públicas, e não como amarras e manipulações em favor de um projeto político em vigência.

Desse modo, “[...] a assistência social foi a ferramenta mais utilizada para aproximar o gestor da população pelo histórico de práticas clientelistas e assistencialistas [...]” (MEDEIROS, 2019, p. 314). Por suas condições depauperadas, as populações acabam involuntariamente se submetendo e corroborando para a perpetuação daqueles que estão no poder. As condições sobre as quais vivem essas populações que demandam da Política de Assistência Social, condições para sobrevivência, se colocam como expressões da “questão social”, compreendida como: “[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21 *apud* NETTO, 2011, p. 17).

No neoliberalismo o estado diminui drasticamente seus gastos com as políticas sociais, se limitando a implementar políticas sociais fragmentadas e focalizadas. O interesse em pesquisar acerca da Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o

Primeiro-Damismo tem como ponto de partida o processo de desmonte desse Sistema a partir de 2016, com a implementação de um conjunto de contrarreformas neoliberais pelo Estado brasileiro. Em 2016, com os desdobramentos do *impeachment*, os cortes orçamentários para as políticas sociais diante do Novo Regime Fiscal – NRF, e a aprovação do Programa Criança Feliz – PCF que reforçou a reprodução histórica do primeiro-damismo na Assistência Social, dá-se início ao seu processo de desmonte.

Em um contexto de contrarreformas e de desfinanciamento das políticas sociais, o governo se utilizou da figura da mulher primeira-dama Marcela Temer que, em almoço oferecido às primeiras-damas estaduais, as convocou a aderirem ao programa e atuarem de forma voluntária na coordenação e no fomento de ações para a primeira infância em seus estados, num claro reforço ao primeiro-damismo, ao papel histórico destinado às mulheres pelo patriarcado, e ao controle moral da classe trabalhadora, especialmente da parcela mais pobre e com menos acesso a direitos.

A pesquisa realizada teve por objetivos: realizar um levantamento nacional a fim de identificar os Programas estaduais e municipais para a Primeira Infância que estão sendo executados no âmbito do SUAS, e sua relação com o Programa Criança Feliz; identificar a concepção, natureza, estrutura, metodologia e financiamento dos Programas estaduais e municipais para a Primeira Infância que estão sendo executados no âmbito do SUAS, e sua relação com o Programa Criança Feliz; identificar a atuação das primeiras-damas na Assistência Social e qual sua relação com os Programas para a Primeira Infância e analisar as concepções de infância e desenvolvimento infantil, maternidade, família e de trabalho social com famílias que embasam os Programas para a Primeira Infância.

Para o alcance desses objetivos, foi realizado levantamento bibliográfico sobre Assistência Social, Primeiro-Damismo e Familismo e pesquisa documental nos sites das prefeituras das capitais e dos governos estaduais para identificar quais contavam com Programas para a Primeira Infância. Além da identificação desses Programas, nos interessou analisar documentos acerca dos mesmos, tais como: leis, manuais, relatórios de gestão, boletins informativos, documentos orientadores e metodológicos, resoluções, portarias, uma vez que neles contém a compreensão oficial do Estado e sociedade acerca de qual deve ser o papel dos Programas para a Primeira Infância, revelando os aspectos teóricos, técnicos e políticos que os subsidiam. Analisamos também o Marco Legal para a Primeira Infância: Lei Nº

13.257/2016 - Políticas Públicas para a Primeira Infância. Após coletados, os dados foram analisados à luz das categorias de análise refletidas a partir do levantamento bibliográfico.

O artigo está dividido em três seções: a primeira discute acerca da constituição histórica do primeiro-damismo na formação social brasileira, a segunda discute o Programa Criança Feliz a partir do pluralismo de bem-estar e do familismo. Na terceira seção, apresentamos o perfil dos Programas para a Primeira Infância existentes no Brasil e o que eles têm em comum com o Criança e Feliz e quais são os desdobramentos da existência deles atravessando a política social, inclusive dificultando a consolidação do SUAS.

2 O PRIMEIRO-DAMISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para discutir o primeiro-damismo é preciso retomar o contexto sócio-histórico em que a sociedade brasileira foi construída, apontar as contradições desse modelo de gestão, percebendo de que forma isso foi se materializando em nossa sociedade. É também analisar e compreender o papel da mulher e sua subalternidade frente a um modelo patriarcal regulador, também percebendo que avanços, ainda que contraditórios, permitiram às mulheres um grau de liberdade. Segundo Torres (2002, p. 27), “No Brasil, as primeiras-damas sempre dirigiram instituições assistenciais governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência – LBA e instituições filantrópicas [...]”. Essa afirmativa nos mostra que essa prática faz parte da formação social brasileira e que em um contexto determinado evoca-se determinados atributos para resolução e mediação de conflitos existentes na sociedade. Conforme Medeiros (2012, p. 17):

A evocação da feminilidade da mulher – interpretada como disposição para servir aos outros, vocação para doação e bondade, que davam a tônica de suas funções no âmbito privado – ganha visibilidade pública quando se torna mulher de um governante e passa a ser requisitada como suporte as ações o marido, incorporando o papel de “grande mãe” dos pobres.

Essa visibilidade pública e bastante influente no nosso país se deu a partir de uma dimensão política, pois, o estado brasileiro na década de 1930, com o processo de ascensão de Getúlio Vargas à presidência, teve que realizar ações direcionadas às populações depauperadas. É perceptível que essa intervenção se deu via solidarismo, benemerência e estava intrinsecamente associada às já intervenções realizadas na primeira República, pois, “[...] as

ações assistenciais de mulheres, orientadas pela caridade, encontraram durante a Primeira República, um terreno fértil para sua disseminação no corpo social” (SIMILI, 2008, p. 42).

É desta forma que se configuram as ações assistenciais voltadas à classe subalterna, via primeiro-damismo, tendo como carro chefe das execuções assistenciais no país a esposa do gestor que alia a sua prática, a *práxis* do esposo. Tratando-se de uma dimensão de totalidade sobre o assunto, essa emersão do primeiro-damismo na década de trinta como citada anteriormente, está associada segundo Torres (2019, p. 76):

[...] a inflexão do Estado Novo, sendo necessário, portanto, rever as estratégias políticas, em que o Estado deverá articular novo modelo de dominação política pautado no assistencialismo, sob a liderança da então primeira-dama Darcy Vargas.

A criação da LBA “[...] denominada Legião Brasileira de Assistência [...] sob a presidência de Dona Darcy Vargas, por Decreto-lei em 15 de outubro de 1942” (TORRES, 2002, p. 76) torna-se ponto fulcral em que a assistência vai ser associada à figura da primeira-dama. São vários os discursos nos últimos anos em relação ao retorno do primeiro-damismo, segundo Medeiros (2020, p. 39):

Em 2016 assistimos ao “impeachment” da presidenta Dilma Rouseff. Após seu afastamento, assume Michel Temer e, com sua posse, ressurgiu uma discussão que há alguns anos não se via no cenário nacional: o papel da primeira-dama na política ou, mais precisamente, “na área social”. Alguns setores mais progressistas e críticos da sociedade, incluídos neles algumas categorias profissionais como a de assistentes sociais, denominaram a nomeação de Marcela Temer para o cargo de Embaixadora do Programa Criança Feliz, de volta ou retorno do primeiro-damismo.

Conforme a autora, “O primeiro-damismo nunca deixou de existir no Brasil” (MEDEIROS, 2020, p. 40). Consideramos válida essa afirmativa, pois, se formos perceber em nível nacional, em meados da década de 1990, Dona Ruth Cardoso foi a última primeira-dama a coordenar atividades na área do social e de lá até 2016 ainda não tínhamos evidenciado primeira-dama conduzindo ações de tais tipos a nível federal, porém, isso não significa dizer que esta prática tenha sido abolida em estados ou municípios, pelo contrário. De acordo com Medeiros (2020), 1.305 primeiras-damas, em 2013, segundo última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, comandavam a Política de Assistência Social em âmbito municipal, evidenciando a persistência do primeiro-damismo na assistência social mesmo após o SUAS.

O primeiro-damismo coloca-se, pois, como uma ferramenta de controle das massas depauperadas, conforme evidenciado na pesquisa de Medeiros (2020, p. 41, *grifo nosso*): “Tal discurso do primeiro-damismo, se sobressai e subordina o direito à proteção social à lógica do favor, quer no âmbito da Política de Assistência Social, quer de outras políticas”. Esse discurso ficou evidenciado principalmente a partir de 2016, que vários jornais vieram a comentar sobre a temática. O Jornal *El País* veiculou em seu site, em outubro de 2016, a seguinte matéria: “Marcela Temer e a volta do ‘primeiro-damismo’ no Brasil: No país polarizado, a “embaixadora” Marcela Temer levanta muitas críticas nas redes” (EL PAÍS, por Camila Morais, outubro de 2016), e continua em parte da matéria assinalando que:

No Brasil, sempre houve uma crítica de profissionais da área social que criticavam a atuação de primeiras-damas no setor, conferindo um caráter mais de benesse ou caridade do que gestão profissional de serviços que o Estado é obrigado a oferecer. No caso de Marcela Temer, ela não estará à frente como gestora, mas como promotora e visibilizadora. (EL, PAÍS, por Camila Morais, outubro de 2016).

Percebe-se que contemporaneamente esse discurso influencia diretamente em estados e municípios. É o caso do Estado do Ceará, que tem a frente do Programa Mais Infância Ceará a esposa do Governador Camilo Santana – PT, a Sra. Onélia Maria Leite Santana, que afirmou em matéria intitulada “#MulheresQueInspiram” veiculada no site do Governo do Estado a seguinte frase: “Amem suas crianças, amem suas famílias. A mulher é a coluna da família”⁷, reproduzindo assim o ideário que delega a mulher a função de sustentáculo da família, um discurso tradicional em que

Compete a ela dar a sustentação para a organização interna da casa, desempenhando os chamados afazeres domésticos, que incluem os cuidados dos membros familiares, com a garantia da harmonia e do equilíbrio interno, capaz de produzir o bem-estar e reproduzir a sociedade vigente. (MIOTO, CAMPOS E CARLOTO, 2015, p. 50)

Esse entendimento de “coluna” está dentro de uma concepção tradicional de família, “[...] em que a realização feminina se dá a partir dos resultados obtidos pelo marido e filhos [...]” (MIOTO, CAMPOS E CARLOTO, 2015, p. 51), ou seja, o fracasso da família neste entendimento, seria o fracasso da mulher, o fracasso dos filhos da mesma forma. Acreditamos que atribuir responsabilidades às mulheres sem considerar as diversas transformações na morfologia das famílias seriam um erro imenso, dada as imensas desigualdades que afetam os diversos lares do nosso país. Dito isto, o primeiro-damismo coloca-se como objeto de pesquisa,

sendo necessário investigar de forma mais aprofundada as questões e contradições que o envolve.

3 PLURALISMO DE BEM-ESTAR E A REPRODUÇÃO DO FAMILISMO NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Nas últimas décadas a família vem ganhando centralidade nas políticas sociais. A crise do Estado de Bem-Estar Social e a hegemonia do neoliberalismo, retomaram a família como agente informal de proteção social, criando um pluralismo de bem-estar que retira do Estado a responsabilidade precípua de garantir a proteção social aos indivíduos (TEIXEIRA, 2015). Essa responsabilização da família como agente de proteção social é chamada de familismo, uma vez que o Estado só intervém quando ela não consegue resolver seus “problemas”.

De acordo com Teixeira (2015, p. 219), o familismo “reforça a família como a principal provedora de bem-estar, o que se dá pela escassez de serviços e benefícios, pelo caráter seletivo e focalizado, pelas condicionalidades que enfatizam os cuidados no âmbito doméstico, numa reafirmação dos papéis tradicionais que sobrecarregam as mulheres”. Na Política de Assistência Social a matricialidade sociofamiliar se coloca como um dos eixos estruturantes do SUAS.

Na formulação da Política Nacional de Assistência Social, concebeu-se que para a família cumprir seu papel de cuidado, acolhida e proteção aos seus membros, ela necessita ser protegida e de garantias sociais, conforme se lê a premissa de que “a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal” (PNAS, 2004, p. 41). No entanto, a assistencialização da seguridade social, o acesso de forma precária ao emprego, e a redução da Assistência Social a Programas de Transferência de Renda Condicionada cada vez mais focalizados nos mais pobres, dificultam o acesso das famílias à renda e a condições mínimas de reprodução social, impossibilitado que aquela premissa seja factível e reforçando a tendência familista no âmbito da Assistência Social. De acordo com Teixeira (2015, p. 220),

a grande dificuldade de diagnóstico dessa tendência das políticas sociais se dá em razão de seus atuais objetivos e das formas de trabalho social com famílias que preconizam, geralmente, valores de cidadania, de sujeito de direitos e de autonomia dentre outros que camuflam suas tendências conservadoras.

O Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no SUAS, reforça o familismo presente nas políticas sociais, inclusive na Política de Assistência Social, conforme já havia apontado Teixeira (2016, p. 42):

A proteção social básica da Assistência Social, em especial o PAIF, expressa a contradição de tomar a família ora como sujeito à proteção social, tendo por objetivo promover seu acesso e usufruto dos serviços, benefícios, programa e projetos como direitos, ora como sujeito a oferecer proteção, daí os objetivos de fortalecer as funções protetivas das famílias. O trabalho social com famílias expressa esses vícios do familismo.

Ora, se as ações no âmbito da Política de Assistência Social voltadas para as famílias, mesmo articulando um conjunto de serviços e programas, apresentavam a contradição de reforçar a responsabilização da família pelo autocuidado e proteção, o PCF, reduzido a visitas domiciliares e orientações acerca do cuidado com as crianças, reforça cada vez mais o caráter familista das ações do Estado no âmbito da proteção social, uma vez que ao apostar, incentivar e valorizar as “funções protetivas das famílias, mais sobrecarga, expectativa e culpabilizações promove” (TEIXEIRA, 2016, p. 31).

Além disso, o PCF traz consigo um forte conteúdo moral e de controle sobre as famílias pobres e de responsabilização das mulheres. O Programa reforça determinados papéis de gênero para diferentes perfis de mulheres, a partir de sua classe social. “O PCF [...] instala a figura dirigente da mulher primeira-dama, mulher do lar cuidadora, subalterna, de boa vontade, que, pela sua condição destacada, de elite política, reduz a responsabilidade estatal e pública em assegurar direitos” (SPOSATI, 2019, p. 536). O PCF cria ações pontuais junto à criança e ao seu cuidador, majoritariamente às mães, a partir da visita domiciliar, responsabilizando-as pelo desenvolvimento da criança, ao reduzir o desenvolvimento da criança ao ato de brincar e ao carinho e amor que devem receber de suas famílias, conforme a primeira-dama Marcela Temer enfatizou em seu discurso de lançamento do Programa.

Conforme Arcoverde (2017, p. 190), na metodologia do PCF, “bem como nas orientações técnicas voltadas para os chamados “visitadores sociais”, existem até direcionamentos sobre como ‘educar a mãe a amamentar seu filho’, dentre outros destaques dessa natureza”. Com

isso, o PCF idealiza a infância, descontextualiza sua condição de classe, desconsidera as desigualdades sociais, e desresponsabiliza o Estado de garantir direitos e moraliza o enfrentamento às desigualdades sociais, imputando às famílias em situação de pobreza a falta de cuidado com seus filhos, como o principal entrave para seu desenvolvimento. “Tais características corroboram com a responsabilização da família diante de sua situação de vulnerabilidade social, afinal, o programa tem o intuito de desenvolver potencialidades do sujeito e estimular a responsabilidade dos adultos para assumir tarefas que não são unicamente suas” (ARCOVERDE et alli, 2017, p. 190.).

Neste sentido, o Programa traz consigo uma proposta conservadora de enfrentamento à “questão social”, reforçando ainda mais a focalização na pobreza e a autorresponsabilização dos indivíduos, principalmente das mulheres-mães pobres, pela proteção social, desconsiderando as ações já desenvolvidas para o desenvolvimento da criança nas áreas de saúde, com as ações dos Agentes Comunitários de Saúde, de educação e os serviços já existentes na Política de Assistência Social, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para crianças até seis anos, serviço complementar e diretamente articulado ao Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, operacionalizado no âmbito da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.

Do exposto, é possível afirmar que o percurso dos últimos 15 anos da Política de Assistência Social, apesar dos avanços significativos na tentativa da consolidação de um Sistema único, descentralizado e participativo e de garantia de direitos, vem sendo delineado pela focalização de seus programas de viés familista. O PCF vem contribuindo para que SUAS se distancie cada vez mais dos seus princípios, que buscavam romper com o assistencialismo.

4 O RETRATO DOS PROGRAMAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL E A REPRODUÇÃO DO PRIMEIRO-DAMISMO

A pesquisa identificou 9 Programas Estaduais e 4 Programas realizados nas Capitais, seguindo perspectivas muito semelhantes à proposta do PCF, inclusive alguns deles já existiam antes e foram referência para a criação do mesmo, como é o caso do Programa Primeira Infância Melhor (Rio Grande do Sul), idealizado pelo ex-ministro Osmar Terra. Os Programas existentes nos Estados são: Programa Mais Infância (Ceará); Programa Primeira Infância Melhor (Rio Grande do Sul); Programa Mãe Coruja Pernambucana (Pernambuco); Programa Olhar para

as Diferenças (Pernambuco); Programa Primeiríssima Infância (São Paulo); Programa Primeira Infância Amazonense (Amazonas); Programa Paraíba Primeira Infância (Paraíba); Programa Cria – Criança alagoana (Alagoas); Programa Primeira Infância Acreana (Acre). Nas capitais, os Programas são os seguintes: Programa São Paulo Carinhosa (São Paulo/SP); Programa Família que Acolhe (Boa Vista/RR); Programa Cresça com seu Filho (Fortaleza/CE) e Programa Primeira Infância (Recife/PE).

Percebe-se que muitas características dos 9 programas encontrados nos Estados e 4 nas Capitais são parecidos com o Criança Feliz, haja vista a promoção do desenvolvimento infantil integrado destinado ao recorte feito das crianças até os 6 anos, sendo promovidas ações focalizadas juntamente com suas famílias que se encontram, por exemplo, cadastradas no CadÚnico, inscritas em programas de transferência de renda e em situações de vulnerabilidade social, entre outros. Os programas pesquisados também possuem natureza intersetorial e funcionam por meio da articulação, principalmente, entre as áreas da assistência social, saúde, educação e desenvolvimento social tendo a participação do governo Federal, Estadual, Municipal e da sociedade civil.

A maioria dos programas também tem como estratégias as visitas domiciliares ou ações desenvolvidas nas sedes dos programas, as quais são propostas moralistas e pontuais executadas com as famílias e a comunidade de forma a orientar a como estimular as capacidades dos seus filhos, a maneira “mais adequada” de cuidar, dar carinho, brincar e educar através de ações que propiciem mudanças no próprio sujeito. Com isso, nota-se a desresponsabilização do Estado quando foca nas crianças e suas famílias de forma a transferir para esses a tarefa de superarem a sua condição de vida e “vencerem a pobreza” reduzindo-a, assim, em problema individual.

O trabalho realizado com a família é de cunho socioeducativo e de conscientização sobre a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral do ser humano, caracterizando-se através de um viés moral e de controle sobre as famílias pobres. Assim, as políticas e programas propostos acabam por invadir a subjetividade das famílias e reproduzir o patriarcado ao reforçar o papel da família de “cuidado e educação de seus filhos na primeira infância” (Art. 14º, § 1º da Lei do Marco Legal da Primeira Infância) responsabilizando, principalmente, as mulheres-mães nessa função.

As ações promovidas para a primeira infância são concebidas através de uma perspectiva psicologizante de ensinar as famílias sobre como cuidar dos seus filhos objetivando

o desenvolvimento pleno de seus potenciais, porém, sem fornecer as condições necessárias para isso. Assim, as ações são orientadas pela “solidariedade da sociedade com as famílias e o Estado” (Art. 12º - Idem) havendo a participação do campo do voluntariado e do privado na execução das atividades, as quais priorizam aquelas famílias em situação de vulnerabilidade social e em “contextos que apresentem riscos ao desenvolvimento da criança” (Art. 13º, Idem).

O Marco Legal também concebe que “a oferta de programas e de ações de visita domiciliar e de outras modalidades que estimulem o desenvolvimento integral na primeira infância será considerada estratégia de atuação” (Art. 14, § 4º). Assim, nestas visitas domiciliares percebe-se, novamente, uma abordagem invasiva e moral ao buscar reforçar as competências e habilidades das famílias orientando-as sobre como ser mãe e como ser pai para seus filhos. Nisso, as atividades desempenhadas nas residências dos usuários procuram incentivar a maneira “mais adequada” de educar e cuidar seus filhos para que tenham o desenvolvimento pleno das suas capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais. Com isso, essas ações possuem uma proposta coercitiva ao fazer pessoas alheias ao cotidiano daquele contexto familiar, muitas vezes não qualificadas, a entrarem na intimidade das casas das famílias e as instruírem à “forma correta” de estimular suas crianças, sem levar em consideração a situação sociofamiliar e que o significado de maternidade e paternidade é diferente para cada pessoa.

Observe-se também que alguns programas, como o Primeira Infância Melhor e o Cresça com seu Filho, foram orientados para que fossem integrados na execução das suas ações. E ainda que a grande maioria dos programas tem ou já teve o envolvimento das primeiras-damas, as quais foram idealizadoras, coordenadoras, madrinhas ou eram engajadas sobre a temática ganhando um destaque, muitas vezes, maior do que a própria política para a primeira infância. Assim, o fenômeno do primeiro-damismo se torna peça-chave nessas ações desenvolvidas para a primeira infância junto às famílias, quando reproduzem a narrativa da solidariedade e contribuem para o deslocamento do direito social para o campo da filantropia e do clientelismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou que as ações voltadas para a primeira infância estão presentes em várias políticas sociais, porém a de assistência social continua sendo aquela que acolhe o núcleo gestor desses Programas, principalmente quando são encabeçados pelas primeiras-

damas. O desenvolvimento desses Programas para a Primeira Infância contribui para o paralelismo e sobreposição de serviços e ações já desenvolvidas e consolidadas pelo SUAS, quando não desqualificam os serviços do SUAS e/ou deslocam o foco desses para as “ações benevolentes” das primeiras-damas. Estas, por sua vez, utilizam toda a estrutura do SUAS para promoverem seus Programas que, ao fim e ao cabo, são utilizados como propagando política para seus maridos e como moeda de troca nos períodos eleitorais.

Defende-se, pois, a necessidade de estarmos atentos ao que vem se embrenhando na trama das políticas sociais a fim de combatermos as ações focalistas, assistencialistas, moralizantes e familistas que têm contribuído para um retrocesso para os avanços conquistados com a instituição do SUAS.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito Arcoverde et alli. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. In: *Em Pauta*, Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 181 – 195.
- CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. (p. 211-240).
- MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **Primeiro-damismo no Ceará: Luiza Távora na gestão do social**. 2012. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- _____. **O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social**. Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 1, 2019.
- _____. **Primeiro-Damismo e Sistema Único de Assistência Social – SUAS: novas e velhas práticas**, 2020. 224 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho. **A ‘Primeira-dama’ no exercício do poder: a dominação ‘doméstica’ do Estado**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.
- PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: SNAS/ MDS, 2004.
- SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas, 1930-1945**. Editora Unesp, 2008.
- SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. In: *Serviço Social e*

Sociedade, São Paulo, set./dez. 2017, n. 130, p. 526-546.

TORRES, Iraídes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. Cortez Editora, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. Sistemas de proteção social contemporâneos e a Política de Assistência Social: a reatualização do familismo. In: _____ (Org.). **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016. (p. 27-43).

_____. Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva;